



**APM**

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA  
DE MUTUALIDADES

# NEWSLETTER

NÚMERO 42 - JUNHO 2019

## 1| ENCONTRO “EUROPA SOCIAL”

## 2| LEGISLAÇÃO Processamento de Faturas

## 2| ATUALIDADES Estatuto Cuidador Informal

## 3| BARÓMETRO Cuidados Paliativos em Portugal

## 3| AGENDA

## 3| A SABER 3ª Edição Programa Faces

## 4| REDEMUT A Beneficência Familiar - AM A Liga de Gaia

APM-RedeMut - Associação  
Portuguesa de Mutualidades

Rua Júlio Dinis, 158/160 - 8º  
4050-318 Porto  
T: +351 220 004 510  
[geral@apmredemut.pt](mailto:geral@apmredemut.pt)  
<http://www.apmredemut.pt>

## Candidatos às eleições europeias debateram Europa Social



A democracia está em crise e a economia social também.

A APM participou na organização, no âmbito das eleições europeias, e em parceria com a Associação Mutualista Montepio e a CNIS, de um encontro para apresentar os resultados do inquérito realizado à população europeia “Vamos construir juntos a Europa Social de amanhã!” e recolher uma reação por parte de alguns dos partidos candidatos ao parlamento europeu (CDS-PP, Aliança, PS e PDR; respetivamente, Pedro Mota Soares, Paulo Sande, Carlos Zorrinho e Marinho e Pinto).

Em linhas muito gerais, pretendíamos saber o que os potenciais candidatos pensavam sobre os desafios da Europa e sobre o papel que a Economia Social, em geral, e o Mutualismo, em particular, representam na construção do Modelo Social Europeu de amanhã. Ficou claro que a generalidade dos candidatos tem consciência da importância deste setor, quer na sua contribuição para a coesão social, quer no impulso que dá no combate às desigualdades sociais. A Economia Social é um parceiro importante para alcançar uma Europa mais coesa do ponto de vista político, social e económico.

No entanto, falta-nos reconhecimento. A Europa não está preparada para aceitar a Economia Social como parceira. Temos uma dimensão, e isso é inquestionável: A Economia Social na Europa representa 2 milhões de entidades (cooperativas, mutualidades, fundações, associações, entre outras), 11 milhões de postos de trabalho (6% da população ativa), 10% do total das empresas europeias; só as mutualidades representam 200 milhões de cidadãos, não contando as cooperativas, a Economia Social representa cerca de 50% da População Europeia.

No entanto, somos vítimas de bloqueios legislativos e burocráticos que nos impedem de poder circular no mercado interno por não termos “fins lucrativos”. Ou seja, as

instituições da Economia Social (por não terem fins lucrativos não podem beneficiar do direito de estabelecimento no mercado interno. Ora, isto traz sérios prejuízos para a comunidade mutualista que não pode circular nesse mercado, não podendo beneficiar das vantagens do mesmo. A luta da Economia Social é uma luta desigual, desleal, que a coloca em evidente desvantagem estratégica.

A Economia Social, de uma forma geral, e o Mutualismo, em particular, têm que adotar uma estratégia para se imporem no seio político de modo a obter o seu merecido reconhecimento. Precisamos de um interlocutor junto da Comissão Europeia que esteja disposto a lutar por nós e que nos ajude a obter o estatuto que merecemos. Chegou a altura de nos impormos, não nos podemos resignar, não podemos e não vamos desistir. Os resultados destas eleições europeias demonstram o sentimento generalizado de insatisfação dos cidadãos, o volume da abstenção traz consigo uma mensagem coletiva de descontentamento que põe a nu a crise política que a democracia está a atravessar e a degradação do Modelo Social Europeu, que se projeta na insegurança, na fragilidade dos apoios sociais, na falta de serviços de saúde, nas carências na velhice, na educação precária. Mas desistir não é a solução.

Estamos na era da globalização, fala-se muito na tecnologia, na robotização e na substituição dos homens pelas máquinas, mas temos que nos focar não só nas ameaças, mas nas oportunidades que o futuro encerra e nós acreditamos que o Modelo Social Europeu ainda faz sentido, só é preciso acreditar e continuar a lutar pela sua defesa, adotando medidas de reforma e de reforço dos nossos valores, em busca de um amanhã mais justo e mais equilibrado.

### Associação Mutualista Montepio designa novo representante no Conselho de Administração da APM-RedeMut

A Associação Mutualista Montepio, na sequência do falecimento do professor Jorge de Sá, deliberou, no passado dia 23 de Maio, que a sua representação no cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da APM-RedeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades será assegurada pelo Dr. Pedro Bleck da Silva.

# DESTAQUES LEGISLATIVOS



## Decreto-Lei n.º 28/2019 de 15 de fevereiro

O diploma consolida e atualiza legislação dispersa relativa ao processamento e arquivo de faturas e de outros documentos fiscalmente relevantes, introduzindo alterações aos Códigos do IVA, do IRS, do IRC, ao Regime de Bens em Circulação, ao Regime que regula a transmissão eletrónica dos elementos das faturas e outros documentos com relevância fiscal. Prevê, ainda, a possibilidade de dispensa de impressão de faturas em determinadas situações.

A aplicação do novo quadro normativo depende da regulamentação de algumas das suas matérias através de portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, cuja publicação se aguarda, nomeadamente:

- ◆ Certificação de programas de faturação;
- ◆ Definição de um código de barras bidimensional (código QR) e um código único de documento;
- ◆ Dispensa da impressão de faturas em papel;
- ◆ Incentivo não fiscal;
- ◆ Aplicações de faturação disponibilizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

À medida que as matérias em causa venham a ser regulamentadas, a Autoridade Tributária e Aduaneira divulgará instruções administrativas, prevendo-se, para já, a emissão de Ofício-Circulado sobre as alterações que o diploma introduz no Código do IVA e legislação complementar.

## ESTATUTO DO CUIDADOR INFORMAL

Em Portugal, existem entre 230 a 240 mil pessoas em situação de dependência a precisar de cuidados.

O Bloco de Esquerda, PS e PCP chegaram a acordo para criar o Estatuto do Cuidador Informal, num texto que prevê a possibilidade dos cuidadores que deixam de trabalhar poderem continuar a ter uma carreira contributiva.

No texto acordado entre os três partidos, prevê-se que quem recebe o apoio social do cuidador paga menos para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados quando recorre ao descanso do cuidador, uma vez que muda a fórmula de cálculo da comparticipação paga pelas famílias, que atualmente pode ir até aos 30 euros/dia.

Outra das novidades relativamente à proposta inicial do Governo, que previa apenas medidas de apoio, sem a criação de um verdadeiro estatuto, é que o descanso do cuidador incluirá a possibilidade de ser feito em casa por via de apoio domiciliário e não só em internamento em instituições.

Também a continuidade da carreira contributiva é um aspeto novo. Hoje em dia, quem deixa de trabalhar para cuidar em casa de familiares acaba por ficar sem direito a reforma.

O texto prevê que a prova de que se é cuidador informal principal seja feita oficiosamente pelos serviços competentes da segurança social e que o acompanhamento, fiscalização e avaliação do cumprimento das medidas das respetivas áreas de intervenção cabe ao

Instituto da Segurança Social e aos serviços de saúde.

## Projetos piloto

A proposta prevê ainda o desenvolvimento de projetos experimentais "destinados a pessoas que se enquadrem nas condições previstas no Estatuto do Cuidador Informal, de acordo com uma distribuição por todo o território nacional".

Estes projetos piloto terão a duração de um ano e preveem, entre outras matérias, a atribuição aos cuidadores informais principais um subsídio pecuniário.

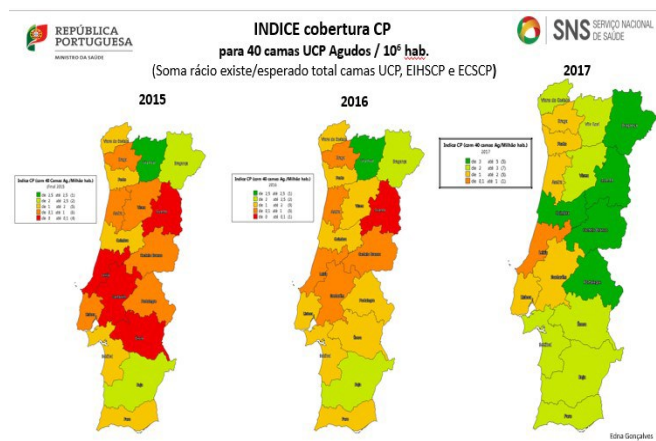
Este estatuto prevê a criação da figura do cuidador informal "principal" e a do "não principal". O "principal" será "o cônjuge ou unido de facto, parente ou afim até ao 4.º grau da linha reta ou da linha colateral da pessoa cuidada, que acompanha e cuida desta de forma permanente e que com ela vive em comunhão de habitação, não auferindo remuneração de atividade profissional ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada".

O cuidador "não principal" é o que cuida de forma regular, e não permanente, podendo neste caso auferir ou não, remuneração de atividade profissional ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada.

Quanto à pessoa cuidada, o estatuto prevê que seja quem necessita de cuidados permanentes por se encontrar numa situação de dependência e seja titular de complemento de dependência de 2.º grau, de subsídio por assistência a terceira pessoa ou de complemento de dependência de 1.º grau, neste caso mediante avaliação específica dos serviços de verificação e incapacidade da segurança social.



# BARÓMETRO SOCIAL... “Cuidados paliativos em Portugal são insuficientes..



## Cuidados paliativos em Portugal são insuficientes

A Universidade de Coimbra divulgou um estudo onde revela que existe uma “elevada necessidade” de cuidados paliativos “tanto para adultos, como para crianças”, embora no caso das crianças sejam mesmo insuficientes.

Em Portugal, “71% das mortes de adultos e 33% das mortes de crianças, devem-se a doenças que necessitam reconhecidamente de cuidados paliativos”. “O cancro é responsável por uma parte cada vez maior das mortes com necessidades paliativas (34% nos adultos e 38% nas crianças), sendo que “o aumento de mortalidade por doenças respiratórias e neurodegenerativas nos adultos e as áreas da pediatria com o maior número de crianças com doenças crónicas complexas – neonatologia, cardiologia e neurologia, para além da oncologia”, também tem uma importante responsabilidade, referiu a equipa da UC.

Este estudo foi liderado por uma docente da Faculdade de Medicina da UC, Bárbara Gomes entre outros médicos e cientistas da mesma Faculdade, também do King’s College London, do centro de Estudos e Investigação em Saúde da Faculdade de Economia da UC, do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil/Lisboa e do Hospital Espírito Santo, de Évora.

**18th European Congress of INTERNAL MEDICINE**  
29-31 August, 2019  
Lisbon, Portugal  
Innovation in Health Care: New Opportunities for Internal Medicine

**10º CPC ibérico**  
Congresso da Cardiologia do Centro - 43ª Jornada de Atualização Cardiologia  
Coimbra | Hotel Vila Galé  
27 e 28 Junho de 2019

**UN** Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy  
INTERNATIONAL CONFERENCE  
Implementing the Sustainable Development Goals  
What Role for Social and Solidarity Economy?  
25-26 June 2019  
ILO, Geneva

## A SABER

**ESTÃO ABERTAS AS CANDIDATURAS PARA A 3.ª EDIÇÃO DO PROGRAMA FACES (FINANCIAMENTO E APOIO PARA O COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL).**

A iniciativa surge para dar resposta ao financiamento de projetos de intervenção social que promovam a empregabilidade das pessoas com deficiência através de iniciativas que facilitem a aproximação ao mercado de trabalho, a inclusão de crianças e jovens em situações de risco ou respostas inclusivas para famílias vulneráveis e pessoas sem-abrigo.

Candidaturas aqui : <https://faces.fundacaomontepio.pt/login>

Para qualquer esclarecimento durante o preenchimento do Formulário de Candidatura, contacte [montepio.faces@sairdacasca.com](mailto:montepio.faces@sairdacasca.com);

Telefone: 912 218 074 disponível de segunda a quarta-feira, entre as 9h30 e as 13 horas.

Esta linha de financiamento pretende valorizar iniciativas inovadoras e que apresentem condições de sustentabilidade, procurando reconhecer o trabalho realizado em parceria por organizações em todo o território nacional.







# A NOSSA REDE DE SAÚDE MUTUALISTA

DISPONIBILIZA UM VASTO CONJUNTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DE BEM-ESTAR COMPLEMENTAR DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

## I Jornadas de Mutualismo e Saúde d'A Beneficência Familiar — Associação Mutualista



A nossa associada **Beneficência Familiar** realizou, no passado dia 23 de Maio, no auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no Palácio de Cristal (Porto), as I Jornadas de Mutualismo e Saúde.

A Sessão foi inaugurada pelo Presidente da Associação, Carlos Jorge que, em conjunto com a vereadora da Câmara do Porto, Catarina Araújo, deu as boas vindas aos participantes.

O primeiro painel, teve início com o tema central a “Atividade Física é Saúde”. Neste âmbito, Firmino Machado, do Aces Porto Ocidental, apresentou o projeto Mind, que propõe implementar intervenções não farmacológicas para a prevenção do declínio cognitivo dos doentes, utilizando uma ferramenta de treino “Brain on track”, para exercitar os utentes.

Seguiu-se a intervenção de Basil Ribeiro, especialista em medicina desportiva, que falou da diferença entre a atividade física e o exercício físico: em que a primeira consiste em qualquer movimento feito pela musculatura e que resulta em gasto energético; e a segunda, que são atividades sistematizadas, com sequência de movimentos, para alcançar um objetivo, geralmente ligado à saúde ou à estética. O especialista destacou a importância dos primeiros para combater o sedentarismo e melhorar a saúde das pessoas, uma vez que não exige tanto esforço e oferece bons resultados.

Nuno Palas, presidente da Associação Portuguesa de Nutrição, destacou a importância da alimentação saudável e variada, da dieta mediterrânea, que é baseada no consumo de alimentos frescos e naturais como azeite, frutas, legumes, cereais, leite e queijo.

A enfermeira Ana Barbosa trouxe-nos o projeto Sweet Football, um programa de exercícios baseado no *Walking Football*, destinado a indivíduos de meia-idade e idosos, com diabetes tipo 2. No *Walking football* não é permitido correr, não pode haver contacto físico e a bola não pode passar acima da cintura. Os participantes praticam a “dose mínima de atividade” recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para o tratamento desta doença, já que realizam treinos por semana com a duração de uma hora. A atividade física é considerada pela OMS como um dos pilares de tratamento da Diabetes tipo 2, que tem cofatores de risco a obesidade, o envelhecimento e a baixa aptidão física.

O painel da tarde iniciou-se com o tema “Mutualismo na Saúde Presente e Futuro”, onde a Catarina Oliveira, Psicóloga d'A Beneficência Familiar – ASM, revelou os números do setor mutualista, com a distribuição das Clínicas e outros serviços das Mutualidades no território nacional, bem como os números da economia social.

Luís Polónia, presidente da direção da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, apresentou a história d'A Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, criada em 1905 e agora completamente renovada, com novas instalações e dotada de novos serviços clínicos (fisioterapia, enfermagem, análises).

Por sua vez, o Presidente da direção da Mutualista Covilhanense, Nelson Silva, veio mostrar um projeto vencedor, que já conquistou prémios e distinções: Prémio BPI Sénior e das Boas Práticas: Envelhecimento Ativo 2018, atribuído por CCDRC e Ageing@coimbra. Trata-se do Projeto da Unidade Móvel de Saúde, um serviço que se destina à população mais idosa e com limitações de acesso, que more nas freguesias rurais do concelho da Covilhã. Realiza rastreios cardiovasculares e atos de enfermagem. Proporciona consultas de clínica geral com regularidade em localidades onde o SNS não chega ou é insuficiente e faz apoio psicológico e social.

No final, Luís Amorim, Presidente da Liga das Associações de Socorro Mútuo de V.N. Gaia, fez um balanço dos 114 anos da Liga, e da forma como esta se soube superar. Apresentou os vários serviços da Clínica, a farmácia e todas as modernizações introduzidas para melhor servir o cliente com destaque para o sistema robotizado e o atendimento *Farmadriver*.

Terminou a sua intervenção com uma quadra que resume muito bem o que é o mutualismo:

“ O mutualismo é semente  
De resultado seguro:  
Das migalhas do presente  
Garante o pão do futuro”.

## 114 ANOS A INOVAR NO MUTUALISMO

A **Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia** assinalou o seu 114º aniversário, oferecendo uma fatia de bolo a todos os utentes e clientes.

O momento, que aconteceu no passado dia 11 de maio, contou com a presença da Vereadora da Câmara Municipal, Marina Ascensão e do Presidente da Junta de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, João Paulo Correia. 114 anos a inovar no mutualismo, exaltando-se neste aniversário os valores da entreeajuda, solidariedade, liberdade e promoção do bem comum.

